

A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E A PARTICIPAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE OLINDA

EMANUELLE SANTANA DA SILVA

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, manu.malta2009@gmail.com;

DALILA MARINA OLIVEIRA MAIA

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, dalila.omaia@ufpe.br;

JANETE MARIA LINS AZEVEDO

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutora pela Universidade de Paris e pela Universidad de Valência. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. janete.azevedo@ufpe.br

RESUMO

Este estudo aborda o tema do planejamento educacional e objetivou analisar o conhecimento dos docentes sobre a política de planejamento educacional, levando em consideração a importância da participação. A metodologia de caráter qualitativo, utilizou-se de entrevistas e da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que os sujeitos apresentam percepções diferentes a respeito do conhecimento dos conceitos tratados. Observou-se que dentro de um mesmo município o tratamento dado ao assunto varia de escola para escola. A pouca participação dos docentes nos processos de planejamento comprova que as práticas que cercam os planos municipais se aproximam de uma gestão centralizada.

Palavras-chave: Política Pública; Planos Educacionais; Plano Municipal de Educação; Planejamento Educacional; Participação Docente.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o tema do planejamento educacional, sendo o planejamento e os planos educacionais instrumentos da política educacional, consideramos necessário que os profissionais de educação tenham conhecimento e entendimento desses para que as necessidades educacionais sejam atendidas. Essa lógica decorre da nossa compreensão de que a partir do momento que os atores sociais adquirem tais tipos de conhecimentos acerca dos planos, suas posições nos momentos de elaboração, implementação e avaliação se darão de forma ativa, observando as possíveis lacunas e sugerindo novas possibilidades durante a efetivação dos mesmos, numa perspectiva de ações participativas. “Participar significa estar inserido nos processos sociais de forma efetiva e coletiva, opinando e decidindo sobre planejamento e execução” (FERREIRA, 1999, *apud* SANTOS, *et al*, 2013, p. 94).

A discussão do presente estudo também se reporta ao processo de participação, sobretudo nos diferentes momentos dos processos deliberativos. Entretanto, nossa compreensão de participação não se refere a uma participação passiva, na qual os sujeitos, docentes, não se posicionam como atores, mas sim como espectadores desses processos. Refletimos sobre a necessidade da ressignificação desse papel, assim como nos afirma Marques (2016, p. 95):

As concepções de participação e democracia aqui expostas exigem uma ressignificação do papel da interlocução realizadas por agentes sociais e políticos, de forma a (re)articular relações permeadas por interesses diversos, perspectivas conflitantes, valores antagônicos e projetos políticos sociais distintos, ocasionando uma nova forma de gerir o público e construindo, assim, um novo espaço público.

Considerando a importância do conhecimento dos planos educacionais para uma efetiva participação nos momentos de deliberação, observamos como um problema da realidade o possível desconhecimento dos profissionais de educação acerca do planejamento e dos planos educacionais, e buscamos investigar qual a percepção os sujeitos têm sobre o planejamento educacional, tendo em vista os processos de elaboração, implementação e monitoramento dos planos. Nos indagamos também se estão os sujeitos integrados ao processo de planejar no município.

Sendo assim, nosso objetivo principal consistiu em investigar o conhecimento dos docentes sobre a política de planejamento educacional, especificamente do Plano Municipal de Educação. Ainda buscamos investigar os processos de participação dos docentes na elaboração e implantação desse Plano. A relevância em pesquisar a participação, consequentemente, a atuação dos educadores nos momentos deliberativos, justifica-se, pois a ausência de um processo participativo no planejamento educacional, com foco nesse estudo os planos municipais de educação, implica na fragilidade do processo democrático. Por outra parte, consideramos que é necessário que os docentes tenham um conhecimento sistematizado sobre planejamento e planos municipais para que possam fazer parte do processo de tomada de decisões, exercendo assim a efetiva participação.

Para responder nossa problemática e atender aos nossos objetivos, adotamos uma pesquisa de caráter qualitativo na qual, de acordo com Guerra (2014, p. 11):

O cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações individuais, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

Como campo de pesquisa escolhemos a rede municipal de Olinda que teve o seu Plano Municipal de Educação aprovado em 2015. Segundo dados do IBGE/CENSO de 2018, no que tange a educação, o município de Olinda, conta com a presença de 421 escolas, tendo um total de 70.497 alunos matriculados. As etapas e modalidades contempladas no sistema de ensino são, respectivamente: Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, há também instituições que ofertam ensino superior.

O município de Olinda cumpriu as exigências legais, da lei nº 13.005 de 2014, e instituiu, no ano de 2015, seu primeiro plano municipal de educação, regido pela lei de nº 5.940 de 2015, durante o mandato do então prefeito Renildo Calheiros. O documento conta com 19 metas e 264 estratégias, que visam discutir objetivos criando formas de atender as demandas educacionais específicas da municipalidade.

Para examinar o problema da realidade de interesse desta pesquisa, coletamos dados por meio de entrevistas a professores e coordenadores

de duas diferentes escolas do município. Utilizamos dois critérios para a escolha dos entrevistados, o primeiro foi que eles fossem professores efetivos da rede com, pelo menos, cinco anos no exercício de magistério e, portanto, período que coincidiria com a elaboração do plano, que ocorreu em 2015.

Coletamos dados por meio da aplicação de entrevista, onde na Escola 1 foram entrevistados 4 sujeitos, dentre eles um coordenador e três docentes. Os entrevistados dessa instituição são por nós identificados como C1, P1, P2 e P3, de modo a que guardemos o seu anonimato. Estes se situavam entre 11 a 20 anos de atuação na rede municipal de Olinda, o que indicava uma expressiva experiência no exercício da função.

Já na segunda instituição, nomeada de Escola 2 os sujeitos entrevistados apresentam o tempo de atuação no município de 3 a 20 anos, estando na pesquisa identificados como P4, P5 e P6, totalizando três docentes entrevistados.

Como método de análise de dados, optamos por trabalhar com a técnica de análise de conteúdo, caracterizada por Bardin (2002, p. 38) como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Essa técnica serve para descobrir diferentes núcleos de sentidos que constituem o diálogo, o que contribuiu para o reagrupamento das categorias trabalhadas. Como técnica de coleta de dados optamos pela entrevista semiestruturada. São os resultados dessas análises que apresentaremos aqui neste trabalho.

POLÍTICA EDUCACIONAL E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

O planejamento da educação é um dos elementos da política educacional, estando esta última imersa nas ações das políticas públicas. Sendo as políticas públicas o conjunto de ações, atividades e programas desenvolvidos para o enfrentamento de um problema de caráter público, as políticas educacionais são “definidas como programas de ação governamental, informadas por valores e ideais que se dirigem aos públicos escolares e são implementadas pela administração e pelos profissionais da educação” (THOENIG, 2006 *apud*, OLIVEIRA, 2011, p. 75).

Quando o assunto é a educação nacional e o seu planejamento temos um marco no que diz respeito à necessidade de se planejar na

década de 1930. Nesse período, estava entre a sociedade os ideais do conhecido Manifesto dos Pioneiros da Educação, no qual se propugnava para o país “uma educação republicana, de massa, laica, obrigatória e gratuita, pautada pelos princípios científicos e pelos valores democráticos” (AZEVEDO, 2014, p.268). A política de planejamento educacional surge com a necessidade social de promover soluções para problemas que, de um modo geral, rodeavam a educação em meados de 1900.

É também a partir do Manifesto dos Pioneiros que surgem as primeiras ideias de sistema de planejamento educacional no Brasil, assim como afirma Saviani (1999, p. 125):

Pela leitura global do “Manifesto” pode-se perceber que a ideia de plano de educação se aproxima, aí, da ideia de sistema educacional, isto é, a organização lógica, coerente e eficaz do conjunto das atividades educativas levadas a efeito numa sociedade determinada ou, mais especificamente, num determinado país.

Ou seja, o sistema de ensino idealizado pelos Pioneiros da Educação já visava à ação educacional de forma sistematizada, pois para que tais ações aconteçam faz-se necessário o uso do planejamento, logo a elaboração de planos educacionais que atuem em regime de colaboração no interior de estados e municípios brasileiros a fim de alcançar a demanda nacional.

Outro marco histórico do planejamento educacional brasileiro podemos citar o primeiro Plano Nacional de Educação (1962), que decorreu do que ficou estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, de 1961. Este plano deveria ter vigorado durante oito anos, porém, não passou de dois anos em atuação. Isso ocorreu em consequência do Golpe Militar de 1964, quando instituíram-se novas orientações para a política educacional, com foco econômico da educação, privilegiando a aproximação entre o sistema de ensino e o sistema econômico, sendo esse outro marco para nossa história.

Mais à frente, já como consequência da Constituição de 1988, e fruto da luta dos profissionais da educação e de outros setores envolvidos com as bandeiras democráticas, em 2001 entra em vigor o Plano Nacional de Educação, o primeiro após a redemocratização nacional, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, sendo vigente até o ano de 2010. Esse PNE traz novos princípios para a educação, como fortes elementos da democratização, já que foi criado no período

democrático em que se propõe a ampliação de instâncias democráticas de caráter representativo e participativo (AZEVEDO, 2017).

Já em 2014 temos outro marco histórico, que foi a constituição do atual Plano Nacional de Educação. O documento final que está em vigência tramitou no Congresso durante quatro anos para ser aprovado. Com o atual plano, “a educação nacional passou a contar com novos marcos regulatórios que se voltam para a busca da educação pública de qualidade” (AZEVEDO, 2014, p. 272).

O atual Plano Nacional de Educação apresenta um caráter representativo, prescritivo e participativo, pelo menos ao nível da legislação. Esse caráter advém da Constituição de 1988, na qual se tem a ampliação dessa discussão no controle das políticas de planejamento da educação. Diante de tal responsabilidade a Lei nº 13.005/2014, institui que todos os entes federados devem elaborar seus próprios planos educacionais, tendo de seguir o documento base que é o PNE, e proporcionar uma elaboração democrática. A partir dessas orientações, é que são elaborados os Planos Estaduais de Educação (PEEs) e os Planos Municipais de Educação (PMEs), planos decenais e que devem apresentar objetivos e metas em termos educacionais, compondo assim, um sistema de articulação junto com o PNE.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O PME

O atual Plano Nacional de Educação – PNE que foi instituído pela lei nº 13.005/2014:

É um importante instrumento da política educacional, pois nele estão definidos as diretrizes, os objetivos e as metas para todos os níveis e modalidades de ensino; para a formação e a valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos” (SILVA, 2007, p. 10).

No contexto de um país federativo, o PNE foi elaborado em nível nacional a partir da União, envolvendo Estados, os Municípios e o Distrito Federal, cada um com suas respectivas atribuições. Levando em conta esta característica, ficou determinado que cada ente federativo deveria, em regime de colaboração, elaborar seus respectivos planos de educação conforme suas atribuições constitucionais. Entendemos por regime de colaboração o que diz Costa (2010, p.113), “o regime de colaboração

materializa-se, pelo menos na educação, na forma de ações complementares, supletivas, seguindo o princípio da subsidiariedade”. Ou seja, nessa conjuntura os diferentes entes possuem autonomia de forma que a estruturação da educação seja organizada para atender as necessidades da União, bem como as dos Estados e Municípios.

Considerando os planos como projetos políticos, é pertinente tratarmos de aspectos relevantes, tais como: processo de elaboração, implementação e monitoramento/avaliação. O processo de elaboração dos planos, em suas diferentes instâncias, deve tomar como base a realidade local predominante, fazendo assim um diagnóstico da atual realidade educacional. Esse diagnóstico se faz importante, pois ele mostrará quais os “caminhos a serem trilhados” para que se possa chegar a um determinado objetivo. De forma geral, o plano deve representar a realidade que demanda da sociedade, já que será destinado para a mesma, sendo assim, os planos serão a representação dos projetos educacionais em diferentes esferas: nacional, estadual, distrital e municipal, assim como diz Loureiro (2016, p. 24):

Apesar das dificuldades, no entanto, o diagnóstico da situação educacional do estado e do município precisa ser feito. Somente o levantamento dos dados de cada uma das esferas dará uma visão global do diagnóstico do estado. É a partir desse diagnóstico que serão planejadas as novas metas a serem alcançadas, os meios para alcançá-las e escolhidas as diretrizes, bem como os prazos previstos para o alcance das metas.

O segundo aspecto aqui pontuado refere-se ao processo de elaboração e implementação dos planos. Segundo Perez (2010, p.1181):

Para alguns autores, a implementação refere-se a todo o processo iniciado com o estabelecimento da política até o seu impacto; para outros, a implementação não se confunde com o produto, sendo basicamente um processo com uma série de decisões e de ações postas pela autoridade legislativa central.

Ainda sobre a elaboração dos Planos Municipais de Educação, Neto, Castro e Garcia (2016, p. 59) afirmam que “A participação da sociedade civil na elaboração e no monitoramento dos planos governamentais vem sendo, cada vez mais, valorizada pelas políticas governamentais”. Tendo em vista o que foi disposto sobre a elaboração dos planos, é importante

destacar que esta deve contar com a participação da sociedade civil, tendo a comunidade educacional (professores, coordenadores, gestores escolares) um papel contributivo, de bastante relevância nesse processo.

Quando o nosso olhar se volta para os planos educacionais, consideramos o processo de elaboração e implementação dos planos como sendo práticas de participação política e social, viés pelo qual a sociedade, de modo geral, estará efetivando a política pública, a partir dos planos educacionais.

Durante o processo de vigência dos planos educacionais um aspecto que não pode deixar de existir é o monitoramento e avaliação dos mesmos, dos quais devem acontecer através de instrumentos de acompanhamento, como por exemplo, os Fóruns e as Conferências de educação. Vários são os motivos para que essa ação seja essencial, a exemplo disso citamos o controle e o conhecimento de como está se dando a execução do plano, bem como se as estratégias foram pensadas e estão sendo encaminhadas de forma eficaz para o alcance das metas. O mecanismo de monitoramento e avaliação deve se dar na prática através da participação, como afirma Loureiro (2016, p. 26):

Esse acompanhamento e avaliação deverão ser coordenados por uma instância coletiva, um Fórum Municipal ou Estadual, quando houver ou mesmo, na falta destes, pela Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, com a participação do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Estadual de Educação e outros setores organizados da área educacional, incluindo os pais reunidos em suas entidades representativas.

Nos três processos acima citados podemos perceber um aspecto em comum que é o da participação, isso pois, segundo Marques (2016, p. 92):

A prática da participação busca aprofundar e intensificar a democracia, quer reivindicando a legitimidade da democracia participativa, que pressionando as instituições democráticas representativas para torná-las mais inclusivas ou, ainda, buscando formas de complementaridade entre democracia participativa e representativas.

Logo, o que fica claro é que o processo, que vai da construção à avaliação dos planos, deve ser participativo, visando à ação e diferentes pontos de vista, dentre eles de especialistas, ligados diretamente ao processo educacional, como também da sociedade.

PARTICIPAÇÃO DOCENTE E OS PLANOS EDUCACIONAIS

Levando em consideração a discussão levantada no tópico anterior, acerca da importância da participação dos diferentes sujeitos nos processos que envolvem os planos educacionais, torna-se indispensável refletirmos sobre como a participação docente pode ser estabelecida nesses, e em outros, processos.

É notável que, mesmo que os discursos e práticas em torno dos planos educacionais tenham avançado, ainda nos deparamos com práticas de gestão centralizada. Pensando nisso, e fazendo uma ligação com nosso objeto de pesquisa, pontuamos uma maior necessidade de presença de práticas mais democráticas e autônomas, uma efetiva participação em tomadas de decisão por parte dos professores, no que diz respeito às deliberações referentes ao plano municipal de educação. Pode-se perceber que a participação nos garante a quebra de um sistema de educação autoritário, porém não estamos tratando de uma participação passiva, subordinada ou meramente instrumental. Estamos tratando de uma participação no processo de decisão, que está longe de ser um processo que limita o sujeito a assistir ou contemplar as decisões que estão sendo tomadas. (LIMA, 2000).

A participação por parte dos docentes nos momentos de elaboração e concretização dos planos é primordial, pois levamos em consideração que os planos são instrumentos que norteiam e direcionam o processo educativo, logo deveriam orientar o trabalho de quem está no “chão da escola”. Sendo assim, os professores são elementos fundamentais quando estamos tratando de planejamentos e práticas educativas.

Outro elemento que também faz com que a participação docente tenha sua importância nos processos deliberativos tem relação com a atuação política dos docentes. Acreditamos que o papel do educador não finda em sua atuação em classe, portanto suas práticas devem perpassar os “muros das escolas”. Pensamos e consideramos que o ato de “fazer educação é fazer política, deixa, portanto, de ser possível ser exclusivamente educador (a), ser só professor (a), apenas ensinar, não cuidando das implicações ou mesmo alienando as responsabilidades éticas, morais, profissionais, etc”. (LIMA, 2000, p. 78). Logo, os educadores, como formadores de opinião, devem estar ligados aos processos decisórios a nível macro das políticas educacionais, se voltando, também, os atores desses processos, a “abrir-se à reflexão, ao debate, e à ação com outros actores

(tradicionalmente representados como *externos* à escola), com outros saberes e poderes, cruzando-se com novos parceiros institucionais, com organizações comunitárias, movimentos sociais, etc". (*idem*, p. 41).

Para que a participação aconteça faz-se necessário que se tenha o conhecimento do que está sendo implantado, assim como afirmam Moura e Cruz (2013, p, 10):

(...) para que tais políticas sejam implementadas de maneira que atendam às necessidades educacionais é preciso que a sociedade as conheça, reconheça sua importância, identifique os sujeitos responsáveis pela execução e pela fiscalização e acompanhe a efetivação das mesmas.

Sendo assim, evidenciamos a importância da participação dos docentes e sua autonomia, bem como, tamanha representatividade em momentos decisórios, contribuindo assim, nas decisões e desfrutando de vasto conhecimento político e democrático, conhecimento este que trará pontos significativos na formulação de planejamento escolar, bem como, os contributos de atuação política para toda comunidade.

Essa discussão nos dá indícios de como o conhecimento e a participação docente nos planejamentos e planos educacionais são relevantes para a concretização e atuação política de toda comunidade escolar, possibilitando o avanço e/ou alcance da política educacional (em esfera macro e micro), através do monitoramento e avaliação por parte de todos os entes e entidades que formam a comunidade local.

POLÍTICA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OLINDA: O QUE PENSAM OS PROFESSORES?

Aqui é importante retomar alguns elementos do PME de Olinda que foi instituído no ano de 2015. Esse documento, que é o primeiro plano municipal de educação dessa cidade, conta com 19 metas e 264 estratégias, e com propostas que visam atender as demandas educacionais do município. Tratando-se do aspecto da participação em momentos deliberativos, o plano apresenta discurso pautado na efetivação da Gestão Democrática da Educação. Esse aspecto encontra-se em seu artigo 5º, e em sua meta 17, como pode ser visto:

Art. 5º O município de Olinda realizará, a cada dois anos, sua Conferência Municipal de Educação, em articulação e coordenação compartilhada com o Conselho Municipal de Educação e outros órgãos ou entidades congêneres, com o objetivo, dentre outros, de avaliar e monitorar a execução do Plano Municipal de educação, e sem prejuízo das atribuições conferidas ao Fórum Municipal de Educação.

Meta 17: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Foi com base no conhecimento deste PME que decidimos realizar nossa pesquisa em Olinda e formulamos entrevistas para buscar compreender como os professores entendem o PME e se há participação no processo de implementação.

Buscando responder ao nosso questionamento sobre qual o conhecimento da política de planejamento educacional que os docentes possuem, identificamos que os sujeitos da Escola 1 apresentam discursos estruturados. Nesse sentido, conseguimos notar a presença de elementos que sugerem conhecimentos mais efetivos no que diz respeito ao PME desses professores. Esses aspectos podem ser observados nos seguintes extratos de suas falas:

É o documento essencial que irá nortear as ações do município no período de 10 anos em consonância com o Plano Nacional e o Plano Estadual. É o documento que norteia e embasa as ações na educação do município de Olinda. (C1)

É um documento importante que define os rumos das políticas educacionais tanto de escolas públicas como privadas, do infantil à pós-graduação, no município, para os próximos dez anos. (...) O Plano Municipal é baseado no Plano Nacional, para alcançar as metas nacionais, atendendo a necessidade do município. (P1)

É feito em nível nacional, Estadual e Municipal, analisa e reflete sobre os problemas do sistema educacional. Abrange várias temáticas como: ed. Infantil, ens. fundamental, médio e superior, EJA, formação dos profissionais da área, de finanças da educação, gestão democrática e inclusão. (P3)

Os relatos nos evidenciam o conhecimento que tem sobre o PME a partir de características como o seu prazo de duração, campo de vigência e sua relação com as diferentes temáticas apresentadas no documento, assim como, as diferentes esferas federais, por meio do qual podemos validar o apontamento do regime de colaboração presente entre os planos educacionais vigentes.

No entanto, foi possível encontrar concepções diferentes, quando comparamos com os entrevistados da Escola 2, concepções mais frágeis do ponto de vista de um entendimento estruturado. Os sujeitos relatam que:

Eu já ouvi falar, assim como todo profissional de educação. Entre meus colegas de trabalho, a gente fala muito pouco sobre esse plano. (P4)

Conheço. Eu não tenho muito o que falar, eu só leio quando tenho formação. Ele é feito sobre a realidade de Olinda, e enxuga para realidade da escola. (P5)

Já peguei assim, não li todo, mas, até porque ele é de 2010. Tenho ele em casa, mas assim ler, ler na íntegra, não. (P6)

Os extratos dessas falas apresentadas pelos sujeitos nos dão indícios de um conhecimento superficial, ou de um não conhecimento e, além disso, uma distorção entre os dados que nos faz questionar sobre se as informações relatadas se relacionam com o PME ou com outro documento educacional. O que nos fez chegar a esta conclusão foi o fato dos entrevistados apresentarem elementos equivocados sobre o plano, como a informação da data de elaboração afirmada pela P6, como foi possível identificar o PME atual foi sancionado em 2015.

Refletindo com os escritos de Secchi (2010), sobre as políticas públicas, que foram discutidas ao longo deste trabalho, consideramos a importância do conhecimento do PME, por mínimo que seja, como o encontrado entre nossos sujeitos pesquisados, a exemplo dos pertencentes à Escola 1. Essa nossa afirmativa está levando em consideração que os planos municipais fazem parte da política de planejamento educacional, e que sua implementação pode se voltar para a equalização dos problemas referentes à educação.

Sobre a concepção a respeito da política de planejamento educacional, percebemos diferentes pontos de vista sobre o assunto. Os sujeitos da Escola 2, como pode ser visto a seguir, o abordam de diversas maneiras:

O planejamento é de suma importância na escola, todas as atividades voltadas para área do ensino, precisa que primeiro haja um planejamento. Planejamento é uma espécie de organização de conteúdo, estabelecidos por séries. Geralmente estes conteúdos vêm pré-estabelecidos pela Secretaria de Educação, mas cada escola cuida em adaptar a sua realidade. (P4)

Planejamento é aquilo que a gente pode pensar, mas sabendo que ele pode ser mudado, de acordo com a infraestrutura da escola, com os equipamentos que estão disponíveis para a gente. (...)Tem o planejamento que vem da secretaria de Educação, como se fosse assim uma grade curricular, pode-se dizer assim, as competências que os alunos têm em cada faixa, seja ela na educação infantil, fundamental I. (P6)

É perceptível que os entrevistados apresentam um conhecimento restrito sobre o planejamento, voltando-o apenas ao planejamento escolar ou de ensino. Também revela que entendem o planejamento como algo posto por outra instância; ademais revelam que não se percebem dentro do planejamento, seja educacional ou escolar. Consideramos importante eles estarem ligados nesses processos, pois o “chão da escola” é o seu campo de atuação. Porém, nós indagamos a falta de um conhecimento mais estruturado em relação ao planejamento educacional, já que esse deverá nortear sua prática em sala de aula, sendo os profissionais de educação os responsáveis por administrar o que se é implantado a nível macro, fazendo assim a efetivação da política chegar ao nível micro.

Ainda na Escola 2, o sujeito P5 é o único que aponta o planejamento podendo ser a nível macro e micropolítico. No entanto, esse apontamento também indica uma percepção limitada, como exemplificamos com o conteúdo da fala a seguir:

Ele tem duas linhas, que é o planejamento macro e o micro, no macro ele vai decidir como vai trabalhar português em todas as salas da escola, o micro é o meu planejamento, como eu vou trabalhar. O planejamento individual, pois vamos trabalhar a realidade de cada turma, não pode fugir da diretriz, mas tem que atuar com a realidade. (P5)

Nota-se que a compreensão de macro e micro apresentada pelo indivíduo também está vinculado ao ambiente da escola, pois ele apresenta como macro o planejamento geral de uma determinada área de ensino que é trabalhada em todas as salas da escola, apontando como micro o planejamento individual do professor que deve estar interligado

ao planejamento macro. Sendo assim, o indivíduo foge do que lhe foi questionado, demonstrando um conhecimento restrito sobre a questão, indicando desconhecer o significado da relação entre a educação e a política de planejamento educacional.

Diferente dos entrevistados da Escola 2, os sujeitos da Escola 1 nos apresentam uma concepção mais abrangente, vejamos a seguir:

É a maneira que organizamos intenções e estratégias para o desenvolvimento pleno da educação. Procura nortear ações adequadas e adaptadas às necessidades específicas das escolas da rede. (C1)

São tomadas de decisões para desenvolver a educação tanto a nível federal como estadual e municipal, onde são definidas as metas, ações e estratégias em conjunto. (P1)

Uma forma de organizar e de se planejar levando em consideração todo âmbito educacional, onde será estruturada as ações. (P2)

Os extratos das falas nos dão indícios de um conhecimento amplo, mais aprofundado, não se restringindo apenas à sala de aula. Verificamos a presença de elementos que caracterizam a política de planejamento educacional nos seus dois diferentes níveis, tendo consciência de que ela permeia decisões do nível macropolítico que interferem no âmbito escolar, passando para o nível micropolítico, agregando as necessidades da rede.

Constatamos que a percepção apresentada pelos sujeitos, no que se refere ao planejamento educacional e ao conhecimento do PME e do planejamento educacional oscila entre diferentes níveis de aprofundamento. Um grupo apresenta um nível de conhecimento mais estruturado, revelando conceitos e estabelecendo relações entre micro e macro. Por outra parte, outros entrevistados revelaram um conhecimento bastante limitado sobre o assunto, conforme é possível ver nos extratos de fala analisados.

PARTICIPAÇÃO DOCENTE: ESTÃO OS SUJEITOS ATENTOS À QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO OU ESSES SÃO PROCESSOS SOBRE OS QUAIS POUCO SE REFLETE?

O plano, em uma perspectiva de gestão democrática, trazendo como elemento a participação, requer um conjunto de procedimentos que

precisam ser considerados. É nessa perspectiva que pontos de reflexão sobre esse processo, bem como caminhos a serem trilhados, são necessários para participação de diferentes representações que compõem o município, dentre elas a participação docente.

Quando a análise se volta aos processos que estão ligados ao planejamento educacional, mais especificamente ao PME, estes devem ser concebidos a partir da participação democrática. Quando a discussão diz respeito aos processos que envolvem a elaboração, implementação e monitoramento de um Plano é necessário que se encontre presente um processo de planejamento com ações articuladas, das quais a participação docente necessita se fazer presente.

Se tratando da concepção dos sujeitos referente aos processos que envolvem o PME, investigamos se eles estavam preocupados com essa questão, ou se pouco atentavam para os processos participativos. Respondendo ao nosso questionamento, percebemos que, de modo geral, os sujeitos não demonstram envolvimento simultâneo nos três processos.

Sobre a participação em momentos deliberativos referentes ao PME, Marques (2016, p. 90) afirma que “A participação em processos decisórios é uma forma de ampliação do espaço público, permitindo o (re)direcionamento das políticas públicas para o atendimento dos interesses da maioria”, nesse contexto os sujeitos da Escola 1, em resposta às questões referentes à participação, afirmam que:

Extratos Escola 1:

Particpei das reuniões e fóruns que foram realizados no período e acompanhando sua aplicação. (C1)

Começou nas escolas, reuniões com os professores que contribuíram com suas propostas, depois analisaram as metas e acompanharam sua aprovação. Os professores precisam participar, acompanhar e contribuir no que for necessário, pois também são responsáveis pelo cumprimento de algumas metas. (P1)

Particpei de alguns encontros sobre a construção do plano (poucas vezes) durante o tempo de serviço. Foram discussões em torno de sua construção. Durante algumas formações tivemos citações e conclusões. São inscitos representantes, (professores), para participar dos dias de debates e construção. (P2)

Extratos Escola 2:

Eu não participei, também não conheço ninguém que deva ter participado dessa elaboração. Eu na verdade acredito que essa elaboração deva ser interna, entre membros da Secretaria de Educação, entre outras instâncias, nas escolas eu não vejo esses movimentos, eu sei sobre o cumprimento do plano, mas sobre a elaboração, não. (P4)

Aqui no município não, mas eu trabalho para o Estado e participei da elaboração do Estado. Quando eu cheguei no município, eles já tinham em mãos o plano nacional e estadual para poder planejar o municipal. (P5)

(...) não há essa conversa de elaboração, aqui em Olinda? Tem não! Participei não. Só agora, pronto, o ano passado teve a questão da BNCC, mas assim do plano municipal não. (P6)

Pode-se observar uma disparidade que envolve as duas escolas em que desenvolvemos a pesquisa, no que diz respeito à participação na elaboração do PME-Olinda. Como é possível verificar, os participantes da Escola 1 afirmam ter participado da elaboração, o que não acontece com os participantes da Escola 2. Esse desencontro na participação nos faz questionar sobre como acontece essa etapa do processo em Olinda, levando em consideração que estamos tratando da não participação em momentos deliberativos e instituições públicas pertencentes à mesma rede de ensino de um mesmo município.

Outra questão levantada a partir dos extratos mencionados acima, é o fato dos indivíduos não demonstrarem conhecimento, entendimento, sobre os demais processos que envolvem o PME, mesmo quando abordamos de forma direta, em nosso questionário, dois dos processos que envolvem o plano. A implementação e o monitoramento não foram sequer mencionados nas falas dos sujeitos, o que nos evidencia a não participação nesses momentos.

Essa discussão nos leva a refletir sobre qual percepção de participação, bem como a importância da mesma para os entrevistados, dos quais alegam que:

É muito importante. O professor é parte ativa para a prática do plano dentro do âmbito educacional. (P2)

É um momento de ouvir quem está mais próximo dos problemas da educação, estabelecer metas e possíveis soluções para os problemas. (P3)

Com certeza, porque a gente é que está aqui próximo da realidade, (...) lógico que precisamos da teoria, mas a teoria

precisa andar de mãos dadas com a prática, e quem está na prática somos nós na sala de aula. Importância primordial do professor, porque é ele que vai dar o feedback do que foi alcançado, que aquilo não serve mais, que aquilo está ultrapassado, ele que está no chão da escola e pode levar mais próximo da teoria à prática, então o professor eu acho que é primordial. (...) porque assim a realidade dessa escola não é a realidade lá de onde eu estudei, de onde eu trabalhei, não é a realidade de Rio Doce, então essa prática de conversa e de escuta do professor é muito importante. (P6)

Constatamos nas falas o reconhecimento da importância da participação, reconhecida pelos sujeitos de ambas as escolas. Porém, levando em consideração a nossa discussão pautada no que tange à atuação política do professor para além da sua atuação em sala de aula, é perceptível que os sujeitos entrevistados nem sempre validam sua participação política nos momentos deliberativos que envolvem o PME.

Ao contrário do que encontramos em nossa coleta, discutimos a participação docente nesses e em outros processos ressignificando o discurso de participação para além de uma participação passiva, colocando em pauta o que afirma Lourenço e Andrade (2017, p. 90):

O fortalecimento da participação sociopolítica nos espaços de poder decisório da educação. Isto significa dizer que há expectativa de que o envolvimento dos participantes transcenda o escrito protocolo formal da presença, atingindo-se, portanto, o nível de prática dialogal comprometida com a construção de decisões que serão assumidas em nome do coletivo.

Identificamos que em ambas as escolas analisadas a atuação política frente aos processos decisórios, dos quais os professores são elementos fundamentais, parece não se fazer presente, pelo menos, ao nível do que se relacionaria àquilo que é preconizado no Plano Municipal de Educação.

Sabendo que o processo de participação não se limita às ações de elaboração e implementação dos planos, verificamos uma outra questão que nos interessou na pesquisa, este referente ao interesse da gestão em incentivar a participação dos professores. No entanto, os professores não dão respostas específicas sobre isso, nos revelando que esse movimento não acontece nas instituições. Ou seja, isso acaba por fragilizar ainda mais o processo de monitoramento e deliberação em relação ao PME, evidenciando uma lacuna nesse campo do processo.

Sendo assim, alguns relatos desta pesquisa revelaram certo desconhecimento do plano, o que, conseqüentemente, pode gerar a não participação nos diferentes processos que o cerca, pois levamos em consideração que para que a participação aconteça faz-se necessário que se tenha o conhecimento de todo o processo, bem como da política de planejamento educacional, que direciona a nível macro os documentos ligados às políticas públicas educacionais, tratando especificamente do PME.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados nos mostraram avanços referentes à política de planejamento educacional, bem como das políticas públicas no que tange a educação. Como um dos marcos dessa política trouxemos a implementação do Plano Nacional de Educação, como também do Plano Estadual de Educação e do Plano Municipal de Educação.

Foi perceptível em nossas discussões que mesmo apresentando avanços, as práticas que cercam esses planos, mais específico o PME, não parecem ter avançado muito no sentido da participação docente. Afirmamos, pois refletimos sobre um ponto importante desse plano que é a participação de diferentes sujeitos, inclusive dos docentes, em momentos deliberativos, dos quais tratamos especificamente neste trabalho dos processos de elaboração, implementação e acompanhamento/avaliação do PME. Isso nos revela uma possível falha nas redes de ensino que compõem o município de Olinda, nos indicando a possibilidade de o PME, bem como seus processos, serem deliberados por uma parcela de público restrita. Sendo assim, contando com a participação restrita dos docentes, da qual tratamos e discutimos ao longo deste estudo.

Ressaltamos a importância do conhecimento da política de planejamento educacional e do plano municipal de educação, e afirmamos ser esse conhecimento necessário, para que assim os docentes possam ter uma participação ativa nos processos que envolvem o mesmo.

Diante das análises, percebemos que dentro de uma mesma rede de ensino tanto sobre a política de planejamento, quanto sobre o PME, os sujeitos apresentam conhecimentos diferenciados. Constatamos, então, que dentro da rede de ensino de Olinda o tratamento dado ao assunto varia de escola para escola. Isso se revela a partir das definições trazidas pelos sujeitos, das quais variam entre conceitos mais estruturados e

conhecimentos mais restritos, o que influencia na participação e atuação dos mesmos.

Ressaltamos que a iniciativa de participação nestes momentos é de grande valia por permitir que os docentes contemplem o que será destinado para sala de aula. Porém, o processo participativo ao qual nos referimos não se limita apenas assistir os momentos decisórios, tratamos da participação enquanto ação política, em que os docentes possam contribuir como sujeitos atuantes, debatendo sobre as necessidades e finalidades do que está sendo planejado, contribuindo com dados reais, possibilitando a aproximação entre o documento e a prática.

Verificamos, diante dos diferentes posicionamentos, que nos eventos em que há participação e atuação nos momentos deliberativos, essas ainda ocorrem de forma assistemática. Consideramos isso através dos discursos que revelaram pouco conhecimento e pouca atuação dos docentes. Nas duas escolas entrevistadas os sujeitos mostram que o seu principal papel docente é dentro da sala de aula, não fazendo cumprir sua atuação política, que está para além dos “muros da escola”.

Sendo uma pesquisa qualitativa, não temos a intenção de generalizar os resultados obtidos para toda rede municipal de Olinda, trata-se de um conhecimento específico sobre a realidade investigada, que não deixa de ser indicativa ou exemplificativa de situações encontradas no município, nos revelando que dentro do mesmo município o tratamento dado a temática é abordado de diferentes formas. Nos parece que a variável tamanho da escola tem relação com um maior nível de participação dos professores no processo de planejamento. Os pertencentes à escola menor expressaram ter um maior compromisso com a participação, bem como um maior conhecimento do próprio planejamento como uma política educacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. Plano Nacional de Educação e planejamento A questão da qualidade da educação básica. Brasília: **Revista Retratos da Escola**, v.8. n.15, p. 265-280, jul/dez.2014.

AZEVEDO, J. M. L. Democracia, democratização e conselhos. In: LIMA, Antônio Bosco de. (Org.). **CMEs no Brasil** - qualidade social e política da educação. 1ed. São Paulo: Alínea, 2017, v. 1, p. 35-45.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, 25 de julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências.

COSTA, A. de C. O regime de colaboração entre União, estados e municípios no financiamento da educação no Brasil. **RBPAE** – v.26, n.1, p.105-121, jan/abr. 2010.

GUERRA, E.L. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa municipal por amostra educacional e populacional**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/olinda/panorama>>. Acesso em: 26 set. 2018.

LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democracia Radical**: Paulo Freire e a Organização Democrática da Escola Pública. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOUREIRO, W.N. Os planos de educação: Estadual e Municipal. In: AGUIAR, Márcia (Org.). **Planos de Educação e Ações Articuladas**. 1. ed. Camaragibe-PE: Ccs Gráfica e Editora, 2016. cap. 1. v.3.

LOURENÇO, S.A; ANDRADE, E.F.de. Mecanismos de Escolha de Gestores: Implicações na gestão democrática da escola. In: ARRUDA, A.L.B. de; MELO, D.B.L. de; ANDRADE, E.F. de. (Orgs.) **Gestão da Educação e a Atuação do Conselho Escolar**: Possibilidades e vivências de ações colegiadas. Recife: Editora UFPE, 2017. p. 87-118.

MARQUES, L.R. Qualidade Social da Educação Básica. In: AZEVEDO E AGUIAR (Org.). **Participação e controle social**: contribuições ao planejamento educacional. 1. ed. Camaragibe-PE: Ccs Gráfica e Editora, 2016. cap. 4. v.2.

MOURA, A.P.M. de; CRUZ, R.E.da. A política do Transporte Escolar no Brasil. **Cadernos ANPAE**, v. 17, p. 1-13, 2013.

NETO, A.C.; CASTRO, A.M.DA; GARCIA, L.T.S dos. Plano Municipal de Educação: elaboração, acompanhamento e avaliação no contexto do PAR. **RBPAE**, v. 32, n. 1, p. 047 - 067 jan./abr. 2016.

OLINDA, **Lei nº5940/2015**, de 29 de Julho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação do Município de Olinda para o decênio 2015-2024, e dá outras providências. Câmara Municipal de Olinda, 2015.

OLIVEIRA, D. **Políticas Públicas e Educação**: regulação e conhecimento. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

PEREZ, J.R.R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.- dez. 2010.

SAVIANI, D. Sistema de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69, Dezembro/99.

SANTOS, A.L.F. *et al.* Política e Gestão Educacional de Redes Públicas. *In*: BOTLER, A. M. H. (org.). **Gestão Democrática da Escola e dos Sistemas Educacionais**. 1. Ed. Recife – PE: Ed. Universitária da UFPE, 2013. Cap. 4.

SECCHI, L. **Políticas Públicas Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. SP, Cengage Learning, 2010.

SILVA, M. S. P. **O planejamento em educação**. Brasília: Ministério da Educação. Programa Escola de Gestores, 2007.